



## Na Mídia

15/07/2025 | [Money Times](#)

# Arbitragem movimentou R\$ 6 bilhões e cresce como alternativa ao judiciário nas disputas empresariais

Gustavo R. Silva



A arbitragem tem conquistado cada vez mais espaço entre as empresas quando se trata de disputas societárias, concessões, fusões e outros tipos de contratos. O modelo é uma alternativa ao judiciário que envolve agilidade, confidencialidade e imparcialidade.

Em 2024, as disputas arbitrais movimentaram cerca de R\$ 6 bilhões no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC). A instituição é líder no setor, respondendo por mais de 40% das arbitragens no Brasil.

O número de novos casos no ano foi de 126, o que representa crescimento de 7,7% em relação ao ano anterior. O valor médio em disputa foi R\$ 56 milhões.

Considerando todos os casos em andamento, o montante vai a 482. A duração média dos processos encerrados em 2024 foi de 26,5 meses.

**Segundo Ricardo de Carvalho Aprigliano, vice-presidente do CAM-CCBC, o modelo tem se tornado uma ferramenta estratégica para empresas brasileiras.**

“A arbitragem cresceu de forma consistente nos últimos anos, sobretudo porque oferece um mecanismo privado de solução de disputas complexas, que é realizado com todas as garantias processuais, de forma mais rápida e com julgamentos especializados”, afirma.

As disputas ocorrem em diversos setores como [Agronegócio](#), [Energia](#), [Construção Civil](#), [Financeiro](#), [Saúde](#) e [Telecomunicações](#).

**De acordo com Aprigliano, quase metade dos processos arbitrais envolve disputas societárias, abrangendo conflitos em operações de compra e venda de empresas, reorganizações societárias e embates entre acionistas.**

“O segundo bloco preponderante é o de temas de infraestrutura, com destaque para os conflitos relacionados à energia elétrica, como a implementação de novos projetos, construção de plantas de energia e comercialização”, diz.

Entre setores, ele também destaca disputas no agronegócio, relacionadas à reorganização societária de empresas do setor; fornecimento de insumos; e disputas sobre ferramentas de financiamento do agro.

Apesar de ser uma via privada de resolução de conflitos, empresas estatais também utilizam o modelo. Em 2024, foram registradas 3 novas arbitragens envolvendo estatais, totalizando 37 processos em andamento.

No ano passado, o CAM-CCBC encerrou 91 processos de arbitragem. Vale destacar que, diferente da justiça comum, não há possibilidade de recorrer da decisão de uma sentença arbitral. A duração média dos processos encerrados em 2024 foi de 26,5 meses.

Confidencial, técnica e rápida

Enquanto processos judiciais empresariais podem se arrastar por mais de uma década, a arbitragem tem resolvido disputas milionárias, ou até mesmo bilionárias, em menos de três anos.

Na justiça tradicional, os juízes são designados pelo Estado e os processos seguem um rito fixo e público. Já a arbitragem é um caminho privado, previsto em contratos, realizado de forma confidencial, com árbitros eleitos pelos próprios envolvidos.

A via arbitral é regulamentada pela Lei da Arbitragem (9.307/1996). Em 2001, o [Supremo Tribunal Federal](#) (STF) declarou a lei constitucional, permitindo que conflitos sejam resolvidos sem necessidade de homologação judicial posterior.

O vice-presidente do CAM-CCBC ainda destaca que o modelo é relevante para o ambiente de negócios, que muitas vezes não pode esperar anos e anos por uma decisão final do Poder Judiciário.

Diferente da mediação, em que um terceiro facilita o diálogo para que as partes cheguem a um acordo por si mesmas, a arbitragem envolve a decisão do tribunal arbitral, cuja sentença tem força obrigatória, como a de um juiz.

**Aprigliano é doutor em Direito Processual Civil e professor da Faculdade de Direito da USP. Ele também atua como árbitro e ressalta que qualquer pessoa pode ser escolhida para cumprir a função.**

“A lei brasileira não exige que o árbitro tenha formação jurídica, apenas que seja capaz, atue com imparcialidade e independência, diligência e discrição”, afirma. Embora a maioria dos profissionais venha do Direito, não é uma exigência legal.

Segundo ele, o modelo mais comum envolve três árbitros: um indicado por cada parte e o terceiro, presidente do tribunal arbitral, escolhido por consenso entre os dois primeiros. Em casos excepcionais, a própria câmara pode nomear os profissionais.

No mercado de capitais, empresas listadas no Novo Mercado da B3 são obrigadas a prever em seus estatutos o uso da arbitragem como forma de resolver disputas com acionistas, conselheiros e administradores.

**Nesses casos, as controvérsias são administradas pela Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM-B3), vinculada à própria bolsa. Segundo Aprigliano, a exigência está associada aos requisitos de governança corporativa exigidos para a adesão ao segmento.**

“As companhias optam por incluir a arbitragem como requisito para se colocar nesse segmento específico do mercado de capitais, e a B3 indica a Câmara de Arbitragem do Mercado como a instituição que irá administrar essas disputas”, afirma.